

A FILOSOFIA E SEU ENSINO: UM CAMINHO SOBRE O QUAL SE ESTÁ A CAMINHO

Philosophy and its education: a way of which is on the way

Luis Carlos Ribeiro Alves*

Resumo: O trabalho parte de uma análise reflexiva sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – PCNEM, que visam efetivar a Lei de Diretrizes e Bases, a Lei 9394/96, enfocando competências e habilidades a serem desenvolvidas no Ensino Médio na disciplina escolar de Filosofia, necessários ao exercício da cidadania, unindo teoria e vida cotidiana. Se propõe a refletir sobre as metodologias utilizadas no Ensino de Filosofia no secundário enfatizando metodologias alternativas às mais utilizadas no presente, partindo da pergunta “o que é isso a filosofia?”. Divide-se em alguns momentos: no primeiro apresenta as questões que movem a reflexão, depois analisa a legislação da educação brasileira. Destaca e reflete a temática das competências e habilidades e analisa a utilização de temas transversais no ensino de filosofia, possibilitando o alcance dos objetivos descritos pelos PCNEMs e sobre práticas de ensino de filosofia enfocando as competências e habilidades, oferecendo pressupostos para a releitura e prática de temas filosóficos no ambiente escolar.

Palavras-chave: Competências; Ensino; Filosofia; Habilidades; Metodologia.

Abstract: The paper presents a reflective analysis on the National Curriculum for High School - PCNEM, aimed at effecting the Guidelines and Framework Law, Law 9394/96, focusing on skills and abilities to be developed in the School of Philosophy in school discipline, necessary for the exercise of citizenship, joining theory and everyday life. Intends to reflect on the methodologies used in the Teaching of Philosophy in Secondary emphasizing more on alternative methodologies used in the present, starting with the question "what is that philosophy?". It is divided into several stages: the first presents the issues that move the reflection, then analyzing the legislation of Brazilian education. Highlights and reflects the theme of competencies and skills and examines the use of cross-cutting themes in teaching philosophy, enabling the achievement of the goals outlined by PCNEMs on teaching practices and philosophy of focusing on the skills and abilities, providing conditions for the practice of rereading and philosophical issues in the school environment.

Keywords: Education; Methodology; Philosophy; Powers; Skills.

* Mestrando em educação pela Universidad del Salvador - USAL (Arg); Especialista em Ensino de Filosofia e em Docência do Ensino Superior; Professor colaborador da Faculdade Kurios - FAK e do Instituto de Formação e Educação Teológica - IFETE. Contato: l.c.ribeiro.alves@hotmail.com

“A Verdadeira filosofia é reaprender a ver o mundo”

Maurice Merleau Ponty

Introdução

A primeira pergunta que cabe ao ousarmos refletir acerca da filosofia sobre qualquer aspecto, sobretudo se nos referimos a seu processo de ensino aprendizagem como disciplina escolar, é semelhante a pergunta feita por Heidegger em uma de suas conferências *O que é isso: a Filosofia?* Essa pergunta é necessária não somente por ser importante definir o que seja a filosofia: se uma disciplina, uma ciência ou uma atitude, mas por ser estritamente necessário fazer uma reflexão crítica e radical, ato este, que gostaríamos de chamar nesse trabalho de *filosofia do ensino de filosofia*¹ – para definirmos de forma clara o que seja a filosofia, mesmo se a pensarmos como *uma atividade da razão ou a guarda da própria ratio*², como pressuposto para pensar seu ensino, como um *caminho*³ que se mostra em sua tradição.

Ousamos nesse trabalho seguir a pergunta geradora de Heidegger, não com o objetivo de tê-la respondida ao final, mas de trazê-la a luz como elemento central para a construção de modelos e propostas para o Ensino de Filosofia. Partiremos portanto, da necessidade que deve ter o *filósofo-educador*⁴ de responder para si mesmo *O que é isso – a filosofia?* por isso a necessidade de tomarmos como princípio a importância do conceito de filosofia.

Este trabalho se divide em alguns momentos, que formando um todo, se propõem como uma reflexão acerca dos desafios de se ensinar *filosofia* para os jovens do século XXI. Não temos a pretensão de oferecer uma receita milagrosa para o ensino de filosofia, mas refletir sobre as formas de se ensinar e se construir criticamente a consciência dos jovens a partir de alguns pressupostos que aparecem nos PCNEM's à luz da própria história da filosofia.

¹ Aqui ousamos tratar apenas de alguns aspectos dessa forma de se pensar filosoficamente acerca do ensino de filosofia, que seja a necessidade de se pensar a filosofia, seja na condição que ocupava no período anterior a lei 11.684/2008, quando a filosofia passa a ocupar de fato a posição de disciplina escolar na escola (de maneira obrigatória) média brasileira. Esse conceito de *Filosofia do Ensino de Filosofia* se põe não só como uma problemática da filosofia da educação, mas muito mais como um problema filosófico, que trate de construir filosoficamente, fundada em sua tradição e linguagem, um problema que se manifesta em diversos filósofos ao longo da história – a produção/transmissão do conhecimento filosófico.

² Referência a Martin Heidegger em sua Conferência *O que é isto – A Filosofia?* proferida em agosto de 1955.

³ Alguém disse (autor desconhecido) que o caminho não pode ser pensado se não se pode caminhar, assim como a filosofia, ela não pode ser aprendida senão se parte dela mesma.

⁴ Entenda-se aqui pela expressão *filósofo-educador* que não deve existir um “professor de filosofia”, mas alguém que ensina a prática do filosofar, visto que não se pode aprender filosofia como se aprende matemática, física, química ou português, mas sim, deve-se aprender a pensar, seja por meio da análise em uma vertente história da filosofia – ensino da história da filosofia – ou por meio de seu ensino por temáticas, assunto que discutiremos ao longo deste artigo. Mais que professor o filósofo-educador é aquele que enquanto filósofo assume o papel de educador, se relacionarmos a filosofia a um caminho, o *filósofo-educador* é um caminhante que convida a caminhar.

No primeiro momento traz algumas questões motivadoras de reflexão e, em seguida analisa os pressupostos expostos pela legislação da educação brasileira em relação ao nível médio e o ensino de filosofia neste, enfatizando as competências e habilidades indicadas pelos PCNEM's, visando efetivar as garantias oferecidas pela lei 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Discute, em seguida a utilização de temas transversais nas aulas de filosofia, bem como o enfoque interdisciplinar e transdisciplinar, em vista do desenvolvimento das competências e habilidades descritas nos PCNEM's, objetivando assim a construção de uma consciência crítica por parte do discente, possibilitando-lhe o pleno exercício da cidadania.

Por fim, objetivamos refletir sobre a prática docente nas salas de aula de filosofia, numa perspectiva interdisciplinar e de transversalidade, sem abandonar os textos e a tradição filosófica, tendo como base, não o conhecimento aprofundado destes textos – que refletiria a formação de filósofos, mas a efetiva realização dos indivíduos como cidadãos participativos e críticos em relação ao lugar onde vivem, capazes de transformar essa realidade por meio da efetiva reflexão, manifesta na prática de transformação social. Esta, condição de possibilidade da efetivação da garantia da LDB, de que ao final do nível médio o estudante deve ter conhecimentos de filosofia e sociologia que garantam o pleno exercício da cidadania.

1. Questões geradoras

A Filosofia desde o mito da Caverna de Platão se manifesta como o olhar que liberta, que ilumina a vida daquele que esteve preso na escuridão conhecendo apenas sombras, deixando de tomar conhecimento por muito tempo do mundo verdadeiro, daquele que gerava as sombras. Como trazer a filosofia nessa perspectiva para o Ensino Médio? Como se ensinar filosofia no ensino médio quando mal dispomos de materiais didáticos adequados para tal? Seria ideal a existência de um *material didático* de filosofia? Todas essas são perguntas que inquietam qualquer jovem professor, ou *filósofo-educador* que acaba de sair da Universidade e ingressar no exercício da docência de filosofia no ensino médio.

Existiria uma receita para que o ensino de filosofia possa parecer aos alunos da escola média brasileira tão útil, prático e interessante quanto qualquer outra *disciplina* escolar, como matemática, línguas, física, química ou biologia?

O primeiro problema que é urgente se pensar e que se faz necessário chamar atenção é o fato de denominarmos a *filosofia* de disciplina. Essa definição está acompanhada de diversos problemas; se focarmos no que afirmam alguns dos pensadores ao longo da história da filosofia, como também as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Embora estes afirmem que é uma disciplina, abrem uma vasta perspectiva de utilização da filosofia em perspectivas interdisciplinares e transdisciplinares. Seu foco não está propriamente no que se vê, na concretude de conteúdos

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.6 – Nº.2	Novembro 2013	p.49-61
-----------------	-------------------	--------------	--------------	------------------	---------

curriculares pré-determinados, como os textos e os livros didáticos, que amarram conteúdos a serem trabalhados, mas exatamente no “olhar que liberta”⁵, ou seja, na possibilidade do desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao pleno exercício da cidadania, como a leitura significativa de textos filosóficos ou não, o debate argumentativo a partir dos temas filosóficos e da realidade em que vivem os estudantes, bem como uma reflexão crítica acerca da realidade.

Nessas perspectivas não seria natural da filosofia ser uma disciplina ou requerer um livro didático específico, mas muito mais que isso, ser um processo de construção com base no que os estudantes trazem de seu mundo em contato com o que está disponível no *cardápio* filosófico, como Heidegger (1973) aponta:

A palavra grega é enquanto palavra grega, um caminho. De um lado, esse caminho se estende diante de nós, pois a palavra já foi proferida há muito tempo. De outro lado, ele já se estende atrás de nós, pois ouvimos e pronunciamos esta palavra desde os primórdios de nossa civilização. Desta maneira, a palavra grega *philosophía* é um caminho sobre o qual estamos a caminho.

Ousamos neste trabalho pensar a filosofia como Heidegger, um caminho sobre o qual estamos a caminho, e que por ser um caminho, ainda não chegamos, e, portanto não podemos concluir ou lecionar algo de conclusivo e pronto sobre ele, mas mirar o horizonte sobre os ombros dos mestres, sendo capazes de ir além, sem contudo, deixar de passar pela história da filosofia, seus pensadores e teóricos, posto que estamos ingressando num caminho que já existia antes de nós.

2. Legislação da educação e ensino de filosofia

Nesse sentido achamos por bem olhar a Legislação da Educação Brasileira, que fundamenta o papel da Filosofia na Escola, como conteúdo curricular. No que se refere a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a mesma, garante em seu artigo segundo que a Educação é um dever de toda a sociedade civil e especificamente do Estado, que deve garantir o acesso a todas as pessoas a uma educação de qualidade que prime pela formação humana ao mesmo tempo em que prepara os indivíduos para ingressarem no mercado de trabalho:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Assim o principal objetivo da educação nacional como dever da família, da sociedade civil e do estado e direito de todos os cidadãos é o pleno desenvolvimento do indivíduo, tanto no aspecto da

⁵ É interessante chamarmos a atenção da filosofia como olhar que liberta a noção de liberdade apontada por Sartre: “*somos condenados a liberdade*”, não como um castigo, mas como uma necessidade de posicionar-se sempre frente aos diversos problemas que surgem ao longo de nossa vida. Ver: *O Existencialismo é um Humanismo e O Ser e o Nada*, desse autor.

preparação para o trabalho, como para o exercício pleno da cidadania, bem como sua qualificação para o mundo do trabalho, à medida que deve preparar o estudante para prosseguir de forma autônoma, seja no nível superior ou no exercício de atividade profissional, na qual deve se utilizar das ferramentas que adquiriu no ambiente escolar para solucionar problemas reais. Já no artigo 35 da mesma lei definem-se as finalidades do ensino médio, quais sejam:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

É importante destacar daquilo que aparece no artigo supracitado, aquilo que pode ser relacionado diretamente ao ensino da disciplina que ora destacamos – a filosofia –: o exercício da cidadania plena e a capacidade de adaptação e flexibilidade a novas condições de desenvolvimento da sociedade, bem como o aprimoramento do indivíduo enquanto ser humano no que concerne a sua formação ética e a autonomia intelectual e do pensamento crítico, – estes elementos são, não raramente, apresentados como missão específica, senão exclusiva, da filosofia, o que pode, ao mesmo tempo facilitar o trabalho do docente e criar uma dicotomia em relação às demais disciplinas escolares.

À medida que aparece como missão da filosofia, esse desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico, gera, portanto um certo grau de preconceito ao se pensar que as demais disciplinas escolares não devem gerar o pensamento crítico e sequer colaborar nessa autonomia de pensamento que cabe a filosofia ensinar.

Outro problema que daí decorre, é que se não é exclusividade da filosofia a missão de desenvolver o pensamento autônomo e crítico dos indivíduos para o pleno exercício da cidadania. Porque então ela seria necessária no ambiente escolar? Não poderia limitar-se a servir como tema transversal a ser trabalhado nas diversas disciplinas já tradicionalmente oficiais? A que tipo de problema, afinal de contas, a filosofia procura responder no ambiente escolar?

No artigo 36 da Lei 9394/96, no parágrafo III, era deixado claro qual deveriam ser a missão e os conhecimentos de filosofia a que o educando deveria ter acesso: “*III - domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.*” (grifos nossos). Esse texto, contudo ao ser revogado pela Lei nº 11.684, de 2008, que torna obrigatório o ensino de Filosofia e Sociologia na Escola, alterando assim a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu artigo 36, passando a incluir o parágrafo IV: “serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio.” ao mesmo tempo que altera o §1º no terceiro parágrafo, eliminado portanto a missão anterior da filosofia de preparação para o exercício da cidadania.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.6 – Nº.2	Novembro 2013	p.49-61
-----------------	-------------------	--------------	--------------	------------------	---------

O resultado dessa mudança é que, embora a filosofia tenha se tornado disciplina obrigatória no Ensino Médio, os seus professores persistiram desassistidos, seja porque na sua maioria não possuem formação superior em licenciatura em filosofia, seja pela pouca disponibilidade de materiais adequados⁶ e/ou que muitas vezes, quando existem, com linguagem de difícil compreensão para alunos das diferentes realidades existentes no país.

Enquanto a Filosofia se torna obrigatória a partir de 2008 nas escolas, a possibilidade de escolha de livro didático para a mesma disciplina só passa a ocorrer para o triênio 2012-2014, sem, contudo deixar claro que tipo de filosofia se deve ensinar na escola, embora os Parâmetros Curriculares Nacionais procurem prever conhecimentos, conteúdos e competências e habilidades a serem desenvolvidas pelo ensino de filosofia, ainda é gritante o fato de que os cursos de graduação em filosofia, mesmo os de licenciatura, não preparem para a prática desse ensino⁷, o que exige esforço pessoal do indivíduo. Analisemos alguns elementos fundamentais para a construção de uma *filosofia do ensino de filosofia* no Brasil a partir das informações que são transmitidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

3. Competências e habilidades para o ensino de filosofia

O primeiro questionamento feito pelos estudantes quando se deparam com a novidade da disciplina de filosofia ao ingressarem no ensino médio brasileiro é “*pra que serve a filosofia?*” essa pergunta não é exclusividade dos estudantes, mas de qualquer pessoa que se disponha a fazer esse caminho. Os Parâmetros Curriculares Nacionais procuram oferecer uma resposta para a pergunta acerca da importância da filosofia no Ensino Médio ao afirmar que:

Há com certeza, uma contribuição decisiva da Filosofia para o alcance dessas finalidades: ela nasceu com a declarada intenção de buscar o Verdadeiro, o Belo, o Bom. A despeito de uma transformação histórica no âmbito de sua competência explicativa – em parte devida a sua enorme fertilidade em gerar novos saberes – o pensamento filosófico resiste precisamente porque não abandona seu motivo originário (MEC, 1999 p.45)

⁶ Quando utilizamos o termo adequado nos referimos a materiais desenvolvidos especificamente para o ensino de filosofia como disciplina escolar, que tente atender as competências e habilidades previstas nos Parâmetros Curriculares Nacionais ao mesmo tempo que se adequam no aspecto da linguagem e de problemas que se reflitam no cotidiano da vida dos estudantes.

⁷ Para este ponto existem diversas contribuições no Brasil, no que consiste sobretudo que os cursos de licenciatura se diferenciam em muito dos cursos de bacharelado em filosofia, onde as disciplinas se prendem a filosofia pura, objetivando o desenvolvimento de um pensamento crítico e algumas vezes sistemático da História da filosofia, oferecendo base para que o aluno se torne pesquisador, enquanto os cursos de licenciatura, possuem mais disciplinas pedagógicas e menos disciplinas teóricas de filosofia, de modo que ao final temos dois tipos de indivíduos totalmente diferentes com formação em filosofia. Ver em Especial a crítica de Gelamo, 2009. pp 20ss.

Disso se desprende a fertilidade da filosofia, que podemos verificar especificamente ao observarmos as suas principais características de acordo com Aspis e Gallo (2009):

- O caráter dialógico – ou seja, a capacidade de provocar o diálogo com as mais diversas áreas do conhecimento e mesmo com a realidade que nos cerca.
- O desenvolvimento de uma crítica radical - ou seja, uma leitura crítica dos elementos que estejam por trás da realidade, a busca por meio de uma crítica racional e radical dos elementos que compõem a realidade mesma.
- E a característica exclusiva da filosofia que é o pensamento conceitual, aquilo mesmo que justifica a presença da filosofia na escola, que é a estruturação do pensamento a partir da produção racional de conceitos da própria realidade.

Desses elementos, a única característica que é exclusividade da filosofia é o pensamento conceitual à medida que podemos encontrar nas ciências e mesmo nas outras disciplinas escolares a presença da necessidade de diálogo entre as ciências e com a realidade para a produção de conhecimento, já o elemento do pensamento crítico pode e deve ser desenvolvido não só pela filosofia no ambiente escolar, mas por todas as disciplinas, seja na leitura de textos de literatura e ciências, seja por meio do elemento de contextualização do processo de produção destes textos, objetivando o desenvolvimento do educando como ser humano e para que seja capaz de continuar aprendendo de forma autônoma e se adaptando com flexibilidade as novas condições de trabalho e de vida em sociedade⁸.

Porém a característica essencial da filosofia é a produção conceitual que gira em torno da *re-leitura* dos conceitos da tradição para atualização de acordo com a própria realidade que vivenciamos em nosso tempo e pela produção mesma de novos conceitos de forma autônoma, este sim, que sem a filosofia, o estudante não terá acesso por meio de outra disciplina escolar.

Quanto às competências e habilidades⁹ que devem ser desenvolvidas no ensino de filosofia estão divididas em três blocos de competências, estes que por sua vez se subdividem em diversas habilidades específicas:

⁸ Artigo 35 da LDB citado acima.

⁹ Esses conceitos, embora bastante comuns no linguajar acadêmico quando se trata de ensino-aprendizagem, ainda são de difícil compreensão para a grande maioria das pessoas, até mesmo para muitos profissionais da educação. Me parece uma boa analogia entre competências e habilidades o que podemos entender a partir da criança pequena e seu ato de aprender a caminhar: Para que hoje, como adultos, nós consigamos caminhar, até mesmo sem nenhuma dificuldade é preciso que façamos a aquisição de algumas habilidades, tais são – senso de direção, ficar em pé, equilíbrio, passar um pé a frente do outro. Quando adultos raramente nos pomos a pensar em todos esses fenômenos que nos ocorreram sem duvidas na infância com tanta dificuldade. No início a criança aprende a seguir seus pais, por isso, e por não conseguir ficar de pé, segue de gatinhas, com o tempo consegue por se de pé, mas não lhe é possível ainda caminhar, pois cai ao tentar imitar o passo dos adultos, o que adquirido com o tempo, a capacidade de caminhar como nós caminhamos quando adultos. Entendemos as habilidades como esse conjunto de fenômenos que constituem o processo de aprendizagem, e que é preenchido ao longo do tempo com conteúdos novos que vamos incorporando; já a competência se refere aos conjunto de habilidades que nos possibilitam caminhar sem necessariamente preocupar-se com cada passo que damos, senão de forma extremamente natural.

1. **Representação e comunicação:** Ler textos filosóficos de modo significativo; Ler, de modo filosófico, textos de diferentes estruturas e registros; Elaborar por escrito o que foi apropriado de modo reflexivo; Debater, tomando uma posição, defendendo-a argumentativamente e mudando de posição face a argumentos mais consistentes.
2. **Investigação e Compreensão:** Articular conhecimentos filosóficos e diferentes conteúdos e modos discursivos nas Ciências Naturais e Humanas, nas Artes e em outras produções culturais.
3. **Contextualização Sociocultural:** Contextualizar conhecimentos filosóficos, tanto no plano de sua origem específica, quanto em outros planos: o pessoal-biográfico; o entorno sociopolítico, histórico e cultural; o horizonte da sociedade científico-tecnológica.

Diante da primeira das competências, ao observarmos cuidadosamente as habilidades a ela referidas, temos a atitude de leitura de textos de origem filosófica ou não com uma atitude filosófica, subtenda-se aí como atitude filosófica, aquela atitude que não se contenta em apenas realizar uma leitura descomprometida dos textos, mas uma leitura que passe por uma reflexão crítica dos próprios conteúdos expressos nos textos, nesse sentido é importante ressaltar que não se pode falar em habilidade de desenvolvimento da leitura com textos “simplificados” e curtos, embora no contexto atual grande parte de nossos estudantes sejam atingidos pela “síndrome do twitter”¹⁰, mas passar por um conjunto de conteúdos e textos que sejam capazes de desafiar os estudantes a desenvolverem as respectivas habilidades.

Se tivermos um indivíduo que tem dificuldade de alcançar os textos filosófico com sua linguagem um tanto quanto distante da realidade de muitos de nossos estudantes, teremos obviamente um indivíduo que não construirá uma argumentação ampla própria apoiando-se de forma clara em textos da tradição filosófica. O que temos é na verdade um fio novelo de problemas que se desenrolam um após outro, pois alguém que lê pouco, argumenta menos e escreve menos, portanto o que se aponta como caminho para o ensino de filosofia na competência de representação e comunicação é a necessidade de uma passagem desafiadora pela história da filosofia, e mais que isso por autores que possibilitem, muito mais que repetição de suas teorias, reflexões que procurem responder aos problemas da atualidade exatamente como observamos no princípio deste trabalho, pois devemos nos apoiar nos ombros dos mestres para olhar mais longe o horizonte,

A investigação na competência 02 surge como o elemento chave, e cabe destacar que não podemos falar de modo algum em investigação sem falarmos em curiosidade humana, curiosidade filosófica essa que pode ser pensada sob diversos ângulos. Schujman (2007.p.14) observa que muitos professores defendem posturas diversas quanto ao ensino de filosofia;

Para alguns docentes, na escola secundária a filosofia tem que se por a serviço dos alunos, relacionando-a com seus interesses, vivências e necessidades [...] deve se aproveitar do fato de que a filosofia tem suficiente flexibilidade para adaptar-se aos mais variados temas[...] os mais consequentes afirmam que o programa não pode ser

¹⁰ Nomeamos síndrome do twitter ao comportamento de indivíduos que não conseguem ler um texto por muito tempo, portanto limitam a leitura a textos curtos, tendo como consequência o empobrecimento do vocabulário, além de inúmeras dificuldades na linguagem oral e escrita.

prévio ao encontro com cada grupo de estudantes, senão que deva surgir de um revelamento de seus interesses e problemáticas.¹¹

Para esse grupo de professores a filosofia não é pensada como uma disciplina necessariamente, mas apenas como uma forma de construção de conhecimentos que parte do pressuposto de que não há a necessidade de um planejamento prévio para seu ensino, mas partir exclusivamente das necessidades dos estudantes, aproveitando-se para tanto de todas as possibilidades que somente a filosofia oferece para a escola, a medida que não há um grupo exclusivo de conhecimentos considerados imprescindíveis para seu ensino-aprendizagem.

Contudo há também grupos que defendem o ensino de filosofia como disciplina e levantam críticas a postura anteriormente apresentada a medida que esta corre o risco de depreciar os conteúdos filosóficos e ser pautada por uma excessiva superficialidade. Para estes: “não se trata, na escola secundária de formar futuros filósofos. Porém isso não é razão para se inventar uma filosofia para adolescentes. Seria impensável que essa mesma discussão se desse em outras áreas como história e matemática.” (SCHUJMAN, 2007.p.14), ou seja, embora a escola média não vise a formação de futuros filósofos ou pesquisadores em filosofia, isso não quer dizer que por isso os adolescentes não podem ter acesso aos textos filosóficos de forma direta.

Aqueles que defendem a filosofia como disciplina tendem a levantar um questionamento: Será que esse respeito pelos interesses, as necessidades e vivências dos jovens não se esconde na verdade uma subestimação de suas reais capacidades? Será que um adolescente do século XXI não teria condições de compreender um texto filosófico que é desafiado a ler, enquanto muitos deles têm condições não só de jogar diversos jogos eletrônicos com altos níveis de dificuldades, como até mesmo produzi-los. Acreditamos na possibilidade de que o desafio seja um caminho possível para se trabalhar com textos no ensino-aprendizagem de filosofia. Esses desafios que se mostram na realidade do estudante servem para contribuir que o estudante se adapte as situações novas que possam surgir relacionando os conhecimentos adquiridos na escola com suas vivências cotidianas, para tanto relacionando os conhecimentos de diversas áreas do conhecimento.

No que concerne a contextualização sócio cultural nos parece que não é difícil entender que a modalidade de ensino de filosofia que se aponta seja o ensino enciclopédico da filosofia, enfocando além das teorias filosóficas, sua contextualização política, econômica, histórico e cultural. Contudo requer-se cuidado ao pensarmos acerca dessa competência, a medida que conhecer o contexto social, cultural, político e econômico em que uma teoria filosófica foi produzida não implica em conhecê-la somente de forma descomprometida, mas para não incorrer em erros quanto a utilização na reflexão de situações problemas da atualidade.

¹¹ Tradução nossa.

Mas que conhecer o contexto de uma produção de forma sistemática é preciso situar esse contexto que está por trás dos textos na reflexão que se faz sobre os mesmos no que concerne a sua atualização na resposta a novos problemas.

Nessa questão metodológica surgem duas formulações, formuladas por Kant e Hegel, consideradas sob diversos enfoques como contraditórias no que concerne ao ensino de filosofia, contudo preferimos defender sua complementaridade. Essa concepção se fundamenta na afirmação de Kant em *Critica da Razão Pura*:

Somente se pode aprender a filosofar, ou seja exercitar o talento da razão na observância de seus princípios universais em certos processos existentes, mas reservando-se sempre o direito da razão de investigar esses princípios em suas próprias fontes e confirma-los ou abandoná-los. (KANT, 1973,II, 401)¹²

Ao afirmar que somente se pode aprender a filosofar o pensador defende que o enfoque do ensino de filosofia não pode estar concentrado exclusivamente em seu conteúdo, sem passar por uma reflexão crítica sobre os próprios textos e conteúdos. O que Kant critica é o exclusivismo do ensino enciclopédico de filosofia, ou seja, quando se valorizam os conteúdos da história da filosofia, sem contudo enfatizar a relação que estes textos tem com a vida e as problemáticas vivenciadas pelos estudantes. Na afirmação de Gelamo (2009,p.62)

Isso significa que o ensino da Filosofia, com uma ênfase em seu conteúdo, jamais criaria as condições para o aluno aprender a filosofar, uma vez que, com o ensino de um conteúdo da filosofia, aprende-se tão somente um conteúdo ou uma história da filosofia. Para Kant, a verdade filosófica não está dada, mas precisa ser construída.

Já no pensamento de Hegel que também vivenciou a experiência de ser professor de filosofia, portanto passando por algumas das dificuldades que ainda se mostram hoje aos profissionais que assumem o papel de ensinar essa disciplina, encontrando problemas no que se refere ao ensino de filosofia que despreza os conteúdos filosóficos em nome dos interesses dos estudantes. Afirma em *Fenomenologia do Espírito*:

Constitui um obstáculo ao estudo da filosofia, tão grande quanto a atitude raciocinante, a presunção - que não raciocina - das verdades feitas. Seu possuidor não acha preciso retornar sobre elas, mas as coloca no fundamento, e acredita que não só pode exprimi-las, mas também julgar e condenar por meio delas. [Vendo as coisas] por esse lado, é particularmente necessário fazer de novo do filosofar uma atividade séria, [...] no que toca à filosofia, domina hoje o preconceito de que qualquer um sabe imediatamente filosofar e julgar a filosofia, pois tem para tanto padrão de medida na sua razão natural [...] Parece mesmo que se põe a posse da filosofia na falta de conhecimentos e de estudo; e que a filosofia acaba quando eles começam. Com frequência se toma a filosofia por um saber formal e vazio de conteúdo. (HEGEL, 1992.§67, pp58-9)

¹² Tradução nossa.

O que podemos perceber por meio de uma análise destes termos é que Hegel, diferentemente do que é defendido por alguns de seus leitores, levanta críticas a duas metodologias bastante utilizadas no ensino de filosofia: em primeiro ao ensino de filosofia explicitamente enciclopédico, em que apenas se aprende o puro conteúdo filosófico – ao apontar como erro a presunção das verdades feitas e incontestáveis, que constituem característica desprezível a filosofia, e em segundo, a crença de que qualquer um pode filosofar pelo fato de possuir naturalmente a possibilidade do pensamento, sem contudo, se por no caminho sobre o qual está a caminhar.

O que é possível perceber é uma unidade com o pensamento de Kant a medida que este afirma não se aprende a filosofia em seu contexto puro, mas ao se aprender filosofia em conjunto se desenvolve o aprendizado da atitude de filosofar. Na afirmação de Schujman (2009,p.16) se referindo ao pensamento de Hegel: “quando se conhece o conteúdo da filosofia, não só se aprende a filosofar, senão que já se filosofa realmente. A filosofia deve ser ensinada e aprendida, na mesma medida que são ensinadas e aprendidas outras ciências.”

Não estamos interpondo nossa argumentação a que a filosofia se coloque em choque com os interesses dos estudantes, contudo não se pode esquecer ou desprezar o conteúdo filosófico frente aos interesses. Que se trabalhem com temas como política, felicidade, juventude, doenças sexualmente transmissíveis, meio ambiente e comportamentos – considerados temas transversais, assim como a filosofia o foi por muito tempo – no espaço das aulas de filosofia, porém sem descontextualizar do próprio conteúdo filosófico.

Assumir e pensar que o ensino de filosofia seja um encontro é assumir ao mesmo tempo em que seja possível, quiçá necessário, que ao mesmo tempo em que seu ensino toque problemas que atingem a vida dos estudantes não sejam abandonados os conteúdos filosóficos e a história da filosofia, de modo que os estudantes, munidos dos conhecimentos produzidos anteriormente pela humanidade, sejam amplamente mais capazes de desenvolver uma argumentação pessoal acerca dos problemas que os atingem, se apoiando no que foi produzido anteriormente, não ao modo de ‘muletas’, mas como ferramentas úteis e fundamentais para fortalecer a própria argumentação. Pensar uma possível didática para o ensino de filosofia no contexto da interdisciplinaridade e transversalidade é pensar necessariamente:

Uma didática da filosofia, contextualizada no ambiente escolar, se interessa pela harmonização das condutas de ensino e dos processos de aprendizagem escolar, com o objetivo de otimizar a aprendizagem do conteúdo filosófico pelos alunos [...]uma perspectiva interdisciplinar pode permitir o estabelecimento de um diálogo entre diferentes didáticas [...] utilizando materiais comuns, desenvolvendo atividades conjuntas, debatendo temas de interesse recíproco, explorando interfaces, o trabalho didático pode ser feito de forma integrada, com base em programações elaboradas e executadas de comum acordo. (GHEDIN. 2009, 118)

Assim ao falarmos de uma didática da filosofia na escola média brasileira não podemos desvincular essa reflexão da concepção de educação defendida pela escola ou pelo sistema de educação, ao mesmo tempo que não se pode desvincular o ensino tendo como foco as competências e habilidades de um ensino pautado por conteúdos que sejam cruciais para o desenvolvimento dessas habilidades. Se cabe a filosofia ou não trabalhar com temas transversais é uma questão a nível da escola e da organização do Projeto político pedagógico (PPP), da organização curricular e da parceria realizada com os professores de outras disciplinas para possibilitar a utilização dos mesmos recursos, adotando-se as leituras de cada disciplina em relação ao conteúdo ou temática selecionada.

Considerações finais

Nas páginas anteriores procuramos traçar uma reflexão filosófica acerca do ensino de filosofia e as possíveis metodologias para seu ensino considerando como elemento crucial a legislação da educação brasileira e o que traçam os Parâmetros Curriculares Nacionais para essa disciplina no que concerne ao conjunto de Competências e Habilidades a serem desenvolvidas durante o processo de ensino-aprendizagem de filosofia. É possível percebermos a necessidade, de que ao ousarmos pensar o ensino de filosofia no contexto de um sistema educacional ou mesmo de uma escola especificamente, de levantarmos questionamentos essenciais acerca de que tipo de educação estamos tratando e que tipo de indivíduos queremos formar.

Outra questão fundamental é estarmos certos do que pensamos sobre o que seja a filosofia para nós. Essas são concepções que devem perpassar a prática do *filósofo-educador* quando se ocupa de ensinar filosofia. Outro elemento essencial que emana dessa reflexão é a irrefutável ligação entre ensinar filosofia e ensinar a filosofar, em oposição a duas tendências que ocupam bastante espaço, a do ensino de filosofia enciclopédico, que cuida de fazer com que os alunos tenham acesso aos textos e conhecimentos filosóficos produzidos pelos clássicos e um outro que abandona esses conhecimentos em nome de discutir problemas que tenham alcance diretamente na vida dos estudantes.

Destacamos como alternativa apontada já nas teorias de Kant e Hegel a necessidade de se ensinar a filosofar com a própria filosofia, exatamente como Heidegger chega a indicar ao defender que a filosofia é um caminho sobre o qual estamos a caminhar e não se pode caminhar sem antes saber quais os riscos desse caminho que estamos a tomar, o que só podemos saber ao investigarmos com aqueles que já o estão percorrendo ou que já percorreram antes de nós, ou seja, não se pode ensinar filosofia ou a filosofar sem passar pela História da filosofia e pelos textos filosóficos, o que não significa dizer que se trata de nos prendermos ao saber filosófico fechado, enciclopédico, mas apoiando-se nos saberes construídos e em seus métodos desenvolver um pensamento autônomo e crítico capaz de refletir e apresentar interpretações e argumentações pessoais frente aos problemas que circundam o nosso cotidiano.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.6 – Nº.2	Novembro 2013	p.49-61
-----------------	-------------------	--------------	--------------	------------------	---------

Esta, por sua vez, não apresenta a filosofia como algo fechado e determinado seja pelos livros didáticos ou por saberes que não exijam do estudante uma reflexão acerca do que está sendo apresentado, mostrando a filosofia exatamente como aquilo que ela é: um caminho sobre o qual estamos a caminho.

Referências bibliográficas

- ASPIS, Renata Lima e GALLO, Silvio. Ensinar Filosofia: Um livro para professores. São Paulo, Atta Mídia e educação, 2009.
- BRASIL – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. LDB. Brasília, 1996.
- GALLO, Silvio. Profissão Professor. In. Discutindo Filosofia [Especial]. São Paulo: Escala Educacional. Ano 1. nº 3. PP. 8 – 10.
- GELAMO, Rodrigo Peloso. O ensino de Filosofia no limiar da contemporaneidade: o que faz o filósofo quando seu ofício é ser professor de filosofia? São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- GHEDIN, Evandro. Ensino de Filosofia no Ensino Médio. São Paulo; Cortez, 2009.
- HEIDEGGER, Martin. Que é isto – A Filosofia? São Paulo: Abril, 1973. pp 205 – 222. (Coleção os Pensadores)
- HEGEL, G. W. Escritos Pedagógicos. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1991
- HEGEL, G.W. Fenomenologia do Espírito. Petrópolis, 2.ed. Vozes, 2002.
- KANT, Immanuel. Crítica de la razón Pura. Buenos Aires: Losada, 1973.
- KOHAN, Walter O (org.). Filosofia: Caminhos para seu Ensino. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008 (Coleção Sócrates)
- MEC. Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 2008. (Orientações Curriculares para o Ensino Médio, V. 3)
- MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio – Parte IV – Ciências Humanas e suas tecnologias, Brasília, 1999.
- MEC. PCN+ Ensino Médio: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002b
- SCHUJMAN, Gustavo ET all. Filosofía – Temas fundamentales y aportes para su enseñanza. Buenos Aires: Biblos, 2007.

Recebido em: 05/09/2013.

Aprovado para publicação em: 15/10/2013.